

PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PLAMSAN GUARUJÁ

2016– 2019

Guarujá/ SP 2015

**PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL GUARUJÁ
CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

2016– 2019

Administração: 2013-2016

Prefeito(a) Municipal: Maria Antonieta de Brito.

Vice Prefeito: Duino Verri Fernandes.

Secretária de Assistência Social: Elizabete Martia Gracia da Fonseca

Diretora de Segurança Alimentar e Nutricional: Georgia Maria Hegedus Ramos

Membros CAISAN:

Secretária Executiva: Georgia Maria Hegedus Ramos

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social: Talita Vieira Machado

Secretaria da Saúde: Rosana Oliveira da Nóbrega

Secretaria da Educação: Regina Célia de Oliveira Lopes

Secretaria do Meio Ambiente: Nanci Papareli Varelo

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Portuário: Ricardo Louzada

Secretaria de Esporte: Paulo Fernando Mantovanelli

Advocacia Geral: Leandro Peres

Secretaria de Governo: Marinalva Francisco da Silva

Elaboração e formatação do Plano de SAN

Ana Cláudia Zacarão, Assistente Social da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

Georgia Maria Hegedus Ramos, Nutricionista da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

Talita Vieira Machado, Engenheira de Alimentos da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

Membros do COMSEA Gestão 2015 à 2017

Titulares Não Governamentais:

Amaro de Araújo Lima Neto (Instituição de Ensino Técnico)

Ana Cláudia Zacarão (Instituição de Ensino Superior)

Terezinha de Jesus Lima (Clubes de Servir)

Pedro Pereira Lima (Clubes de Servir)

Rita Maria de Silva Santos (Associação de Pais e Mestres)

Rejane A. B. Marques (Entidades com Trabalho em Alimentação Popular)

Meire Toledo S. Freitas (Entidades com Trabalho em Alimentação Popular)

Albertina Irlane Marinho (Entidades com Trabalho em Alimentação Popular)

Joaquim Alberto R. de Souza (Entidades Sindicais Patronais)

Carlos Fraga de Oliveira (Associações de Moradores de Bairro)

Luciano A. de Souza Silva (Associações de Moradores de Bairro)

Jeferson dos Santos (Instituições Religiosas)

Sonia Maria Garcia (Instituições Religiosas)

Suplentes Não Governamentais:

Marcela Cardoso da Silva (Instituição de Ensino Técnico)

Simone P. Santana Almeida Bonfim (Instituição de Ensino Superior)

Diana dos Santos Alves (Clubes de Servir)

Jonatham B. Lima (Clubes de Servir)

Elaine Regina Assis da Silva (Associação de Pais e Mestres)

Jeferson da Silva Soares (Entidades com Trabalho em Alimentação Popular)

Lídio Silva Neres (Entidades com Trabalho em Alimentação Popular)

Thiago Felipe S. Avanci (Entidades com Trabalho em Alimentação Popular)

Francisco de Souza Batista (Entidades Sindicais Patronais)

Marcos Antônio Costa (Associações de Moradores de Bairro)

Márcio Souza da Luz (Associações de Moradores de Bairro)

Mayra Leite Santa (Instituições Religiosas)

Suely Aparecida Souza da Silva (Instituições Religiosas)

Titulares Governamentais

Talita Vieira Machado (Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social)

Rosana Oliveira da Nóbrega (Secretaria da Saúde)

Regina Célia de Oliveira Lopes (Secretaria da Educação)

Nanci Papareli Varelo (Secretaria do Meio Ambiente)

Marinalva Francisco da Silva (Secretaria de Governo)

Leandro Peres (Advocacia Geral)

Paulo Fernando Mantovanelli (Secretaria de Esporte)

Ricardo Louzada (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Portuário)

Membros Suplentes Governamentais

Maria Angélica de Araújo Cruz (Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social)

Simone do Rego Vasconcelos (Secretaria da Saúde)

Anna Paula Salles Maia Duarte (Secretaria da Educação)

Márcia Maria Abad (Secretaria do Meio Ambiente)

Joselito da Silva Borges (Secretaria de Governo)

Cristiane Gonçalves da Silva (Advocacia Geral)

Sandra Cristina de Barros (Secretaria de Esporte)

Marco Antônio S. Castanheira (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Portuário)

LISTA DE SIGLAS

AAFAG – Associação dos Agricultores Familiares de Guarujá
ADA – Ação de Distribuição de Alimentos para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana
AEIS – Associação Esportiva de Inclusão Social
AGM – Advocacia Geral do Município
APASEM – Associação de Promoção e Assistência Social Estrela do Mar
APM – Associação de Pais e Mestre
APP – Área de Preservação Permanente
ARE – Ambulatório de Referências e Especialidades
CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CAECS - Centros de Atividades Educacionais e Comunitárias
CAISAN – Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CATI – Centro de Atendimento à Terceira Idade
CGMAF – Comitê Gestor Estadual da Ação de Distribuição de Alimentos
COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRN – Conselho Regional de Nutrição
DHAA – Direito Humano a Alimentação Adequada
EAN – Educação Alimentar e Nutricional
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GEPS – Grupo de Educação de Pacientes Sobrepeso

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MONABANTU – Movimento Nação Bantu

NUTRISUS – Estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil com Micronutrientes em Pó

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCD – Pessoa com Deficiência

PEA – População Economicamente Ativa

PIA – População em Idade Ativa

PLAMSAN – Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

PLASAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social

PMSAN – Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

PNSF – Programa Nacional de Suplementação de Ferro

PSE – Programa Saúde na Escola

PTMA – Povos Tradicionais de Matriz Africana

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SEDEP – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Portuário

SEELA – Secretaria de Esporte e Lazer

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SESAU – Secretaria Municipal de Saúde

SESI – Serviço Social da Indústria

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

APRESENTAÇÃO

A construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional –PLAMSAN é um compromisso assumido entre o Governo Municipal, através da Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social e o Governo Federal por ocasião da assinatura do Termo de Adesão ao SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de, realizada em 14 de novembro de 2014 em Brasília-DF.

A preocupação da municipalidade no enfrentamento à situação de insegurança alimentar e nutricional em Guarujá, culminou em 2011, com a criação da Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional, dentro da estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, através da reforma administrativa, objetivando a criação de estratégias e ações que garantam o cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), principalmente às famílias em vulnerabilidade social.

Este plano municipal de SAN é uma conquista política e social importante, que coloca o município como pioneiro dentre os municípios que integram a Baixada Santista, por ser o primeiro município da região a aderir ao SISAN e, conseqüentemente, a possuir um plano de SAN. O seu embasamento dá-se nas propostas aprovadas na II Conferência Municipal de SAN e na V Conferência Regional de SAN.

A efetivação de uma política de SAN e do plano será um grande desafio dentre seus principais atores e demandará comprometimento para que se garanta à população esse direito social: “a alimentação”. Direito esse, instituído através da Emenda Constitucional 64, de 04 de fevereiro de 2010, que altera o artigo 6º da Constituição Federal.

As ações que permeiam esse plano vem consolidar uma política garantidora de direitos como o DHAA e da Segurança Alimentar e Nutricional, que *“consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”*. (Lei 11.346 de 2006)

INTRODUÇÃO

O município de Guarujá, conhecendo a necessidade de sua população em vulnerabilidade social, no que tange a miserabilidade e a fome, objetivou implementar as políticas públicas de SAN no município, criando e implantando a Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional no ano 2011, com foco na garantia do direito humano a alimentação adequada.

Esse comprometimento se fortalece em 2014 com a criação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN/Municipal, através do Decreto nº 10.880, de 14 de abril de 2014, no âmbito do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que tem por finalidade a promoção da intersectorialidade das políticas, dos programas e das ações governamentais de SAN, com a finalidade de articular ações que visem assegurar o direito humano à alimentação adequada – DHAA, implementando e fortalecendo as ações já executadas pela Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional.

Este primeiro Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será o principal instrumento de planejamento, gestão e execução de uma Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN), pactuado entre Governo Municipal, CAISAN e sociedade civil. Onde, os esforços de todas as esferas devem estar integrados para a superação dos desafios e a efetivação das ações contidas no Plano.

O Plano Municipal de SAN terá sua vigência entre 2016 e 2019. A sua formulação deve estar de acordo com as políticas previstas no Plano Plurianual de Guarujá (PPA), fortalecidas pelas propostas oriundas da II Conferência Municipal de SAN e da V Conferência Regional de SAN, com a preocupação em atender as metas prioritárias estabelecidas pelo Governo na área de SAN, visando atender as necessidades da população na perspectiva da realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA.

Ciente de que as mudanças na sociedade são permanentes, este Plano será revisado a cada dois anos, com base na orientação da CAISAN/Municipal, nas propostas do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA e nos resultados da avaliação permanente que o mesmo implantará.

Ao elaborar este plano e entregar ao gestor municipal e a sociedade em geral, a CAISAN/Municipal cumpre uma das suas atribuições estabelecidas no marco legal vigente para a consolidação da SAN: a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA, conforme previsto na Constituição Brasileira, no seu Artigo 6º, de acordo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 64 de 2010.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Ao pensarmos o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e os programas, projetos e serviços que pretendem viabilizá-lo, temos como referência o entendimento da alimentação como algo muito mais amplo do que apenas a ingestão de nutrientes para a manutenção de uma boa saúde.

A alimentação é carregada de tradições, identidades culturais, um direito sagrado para muitas culturas que acreditam que “[...] na boca a alma tem uma de suas portas” (GALEANO, 2015, online).

Ressaltar essa dimensão cultural e social da alimentação se faz de sumária importância num contexto em que somos diariamente bombardeados pelas propagandas que nos apresentam alimentos esteticamente interessantes, aparentemente saborosos, contudo, nutricionalmente pobres, ricos em gorduras de má qualidade e açúcares.

Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado em 2015, a mudança dos padrões alimentares das populações tem se dado rapidamente e de modo particular nos países em desenvolvimento, onde a ingestão de alimentos *in natura* ou minimamente processados (arroz, feijão, legumes, verduras, frutas) e preparações culinárias à base desses alimentos está sendo substituída por alimentos industrializados prontos para o consumo (macarrão instantâneo, preparações prontas congeladas, *fast food* etc.).

Tais mudanças tem provocado o aumento no número de pessoas com sobrepeso/obesidade e suas comorbidades, como diabetes, hipertensão arterial, dislipidemias, doenças cardíacas e alguns tipos de câncer. Essas doenças eram, inicialmente, apresentadas como doenças para pessoas de idade avançada, contudo, elas tem atingido, cada vez mais crianças, adolescentes, jovens e adultos. No Brasil, segundo dados de 2013 do Ministério da Saúde¹, 50, 8% da população está acima do peso e, dessas, 17, 5% é obesa.

Fonte de alimentos saudáveis, a agricultura familiar pode ser protagonista na mudança desse cenário. O segmento é uma alternativa ao consumo de alimentos ultra processados, pois trabalha com sistemas de plantio diversificado, além de utilizar o mínimo de insumo externo.

Segundo a FAO, há hoje mais de 500 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar no mundo, incluindo pequenos e médios agricultores, camponeses, povos indígenas, comunidades tradicionais, pescadores, pequenos pecuaristas, coletores, e muitos outros grupos.

¹ Tais estão disponíveis em publicação do Ministério da Saúde que apresenta os resultados da pesquisa de Vigilância de fatores de risco e proteção para as doenças crônicas por inquérito telefônico (Vigitel). Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/abril/30/Lancamento-Vigitel-28-04-ok.pdf>. Acesso em: 01 set. 2015.

Silva (2012, online) afirma que, “Um terço da população mundial é formado por pequenos agricultores que cultivam menos de 10 hectares: apenas 2% são tecnificados, mais de 70% têm apenas a força de seus músculos como ferramenta. No século XXI, a agricultura ainda é o maior empregador do mundo, 40% da humanidade gravitam em torno dela” (SILVA, 2012, online).

No Brasil, o último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2006, revelou que os agricultores familiares respondem por 84,4% dos estabelecimentos do país, ocupam 24,3% da área cultivada e empregam 74,4% da mão de obra do setor agropecuário. Mesmo com pequena disponibilidade de área cultivável, a agricultura familiar é responsável pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 34% do arroz, além de 58% do leite, 50% das aves e 59% dos suínos, dentre outros produtos.

Na contramão da produção de alimentos no Brasil, que chega a 129% das nossas necessidades, existe a escassez de muitos, que não acessam o alimento e o desperdício que atingem o montante de 39 milhões de toneladas anualmente, perdendo para 1,3 milhão de toneladas de alimentos no mundo ao ano.

Estima-se que o Brasil tenha 65,8 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar, que é o mesmo que afirmar que tais pessoas possuem acesso irregular e inconstante a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, comprometendo seu estado de saúde em seus diversos aspectos: físico, mental e /ou social e corroborando para um desenvolvimento deficitário (ONG BANCO DE ALIMENTOS, 2011, online).

Em recente publicação,² a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), atesta que 795 milhões de pessoas, ou 10,9% da população mundial, em todo o mundo passam fome, das quais 780 milhões vivem em países em desenvolvimento.

Entre nós, a desnutrição tem declinado devido a um conjunto de políticas públicas que contemplam ações de distribuição de renda³, de ampliação do acesso aos serviços da proteção básica de saúde, de valorização do salário-mínimo, de saneamento básico e educação, de erradicação da extrema pobreza e de segurança alimentar e nutricional, dentre outras.

O brasileiro e atual diretor da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), José Graziano da Silva, afirma que

No Brasil, as políticas públicas e os programas adotados nos últimos anos fizeram com que o país se tornasse referência internacional no combate à fome e na garantia da segurança alimentar e nutricional. Os dados mostram que entre 1992 e 2013 o número de brasileiros que passam fome caiu de 22,8 milhões para 13,6 milhões, uma diminuição de 40%. Em relação aos subnutridos houve uma redução de 54,3% nos últimos 20 anos, ou seja, de 15% para 6,9% da população (SILVA, 2014, online).

2 Tal publicação trata-se do relatório: O Estado da Segurança Alimentar no Mundo de 2015. Disponível: <http://www.fao.org/3/a-i4646e.pdf>. Acesso: 03 set. 2015.

3 Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Tal assertiva nos remete à importância das ações na área de segurança alimentar e que ganhou foro de responsabilidade do Estado no ano de 2006, com a criação da Lei 11.346/2006 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) – que hoje se constitui em uma política pública específica alocada no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Em Guarujá, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) já realizava ações desde 2004, através de equipamentos públicos como os Restaurantes Populares, mas apenas em 2011, os olhares do governo se voltaram à necessidade da efetivação dessa política, criando uma Diretoria responsável por implantar, implementar e acompanhar as políticas de SAN, vinculada a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, com objetivo de garantir o acesso a alimentos saudáveis em qualidade e quantidade suficiente, estimulando práticas alimentares promotoras da saúde da população e que respeitem sua cultura, bem como sejam social, ambiental, econômica e culturalmente sustentáveis.

Para que tal objetivo se efetive, o planejamento das ações é condição *sine qua non*, a qual a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar (CAISAN) e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), em parceria com a sociedade civil, se propôs a realizar nos marcos da adesão ao SISAN (Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional) mediante a elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLASAN).

Para a elaboração do plano municipal, vários dados são imprescindíveis ao nosso conhecimento, para que as ações contidas nele atendam as demandas e as necessidades apontadas, como quantidade da população, suas peculiaridades, tipos de moradia, nível de escolaridade, sua ocupação, renda.

Segundo dados atuais do IBGE, temos que a população do município de Guarujá/SP está estimada em 308.989 pessoas, apresentando um acréscimo de aproximadamente 5% se comparados aos dados do Censo de 2010, que era de 290.752. Essa população se encontra distribuída ao longo de 143,454 km² de área territorial, cuja densidade demográfica pode ser considerada baixa, de 2.026, 80 hab/km².

Da área territorial total, 52,2% está recoberta por vegetação, acrescida pela riqueza marinha do Oceano Atlântico que circunda o município. Para garantir a perenidade e integridade desta área foram criadas quatro unidades de preservação, sendo a mais conhecida a da Serra do Guararu e que, juntas, representam 18,22% do território (PÓLIS, 2012, p. 15).

Dados do Instituto Pólis atestam que a ocupação dos espaços ocorre de modo extremamente precário e desigual, onde 61 núcleos de assentamentos precários, que correspondem a 35.107 dos domicílios, abrigam 126.440 moradores, o que representa, respectivamente, 41,31% dos

domicílios permanentes e 43,48% da população de Guarujá vive em núcleos de assentamentos precários.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS- de 2011, levantou 3.677 habitantes e 926 domicílios em área de preservação permanente (APP) de mangue e corpos d'água⁴. Em encostas de morros são 6.051 moradores e 1.648 domicílios e ao longo da linha férrea são 666 habitantes e 181 domicílios. Outro dado apontado pelo PLHIS é que a maioria dos núcleos de moradias irregulares estão demarcados em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). As ZEIS foram criadas para demarcar áreas específicas voltadas à construção de moradias populares, sendo que Guarujá conta com duas ZEIS demarcadas.

De acordo com o mesmo documento, os núcleos de assentamentos precários encontram-se situados, de modo predominante, em áreas mistas (públicas e privadas) totalizando 67,27%. A faixa de núcleos em áreas públicas é de 21,81% e em áreas privadas 9,09%.

Devido as suas riquezas naturais proporcionadas pelo bioma Mata Atlântica e pelo Oceano Atlântico, a economia do município está voltada, de modo predominante, para a exploração turística e portuária em que o setor de serviços é o que mais se destaca na oferta e demanda de empregos, bem como na geração de receita.

Dados compilados pelo Instituto Pólis, no marco do *Projeto Litoral Sustentável: desenvolvimento com inclusão social* atestam que o setor de serviços oferece 54% dos empregos formais, seguido pelo comércio com 25% das ofertas de vagas, cabendo a administração pública 12% das vagas. A construção civil fica com 5%, seguida pela indústria com 3% e a agropecuária com 1% (PÓLIS, 2012, p. 12).

A população economicamente ativa (PEA) de Guarujá, segundo Censo 2010, é de 143.999, correspondendo a 58,5% da População em Idade Ativa (PIA), donde dessas 128.363 ou 89,1 da PEA encontravam-se ocupadas. A taxa de desocupação, de acordo com a mesma fonte, fica em 10,9%, sendo maior que média estadual e nacional.

Ainda que a taxa de ocupação possa ser considerada alta, a qualidade dos empregos ofertados não acompanha tal avanço. Segundo dados apresentados pelo Instituto Pólis (2012, p. 12) a taxa de informalidade no município era de 40% no período analisado, sendo superior à do Estado de São Paulo, que era de 33%.

Se analisarmos, podemos observar que tal taxa de informalidade vai ao encontro da dinâmica econômica do município que tem no setor de serviços voltado à atividade turística, um vetor que sustenta a economia local e que, também, se manifesta no alto número de famílias inscritas no

⁴ Corpos d'água são acumulações significativas de água, tais como reservas artificiais, represas, zonas úmidas, dentre outros. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Corpo_de_%C3%A1gua. Acesso em 04 set. 2015.

Cadúnico Guarujá e de beneficiários do Programa Bolsa Família, conforme dados dispostos na sequência.

Guarujá possui, segundo dados do Censo 2010, 10,10% de sua população entre a linha de indigência e pobreza e 4,7% abaixo da linha de indigência. Somados esses índices representam 14,8% da população do município ou 45.730 habitantes aproximadamente.

Se contrastarmos esses dados com os que apresentam o Cadúnico Guarujá, temos que, das 31. 207 famílias cadastradas, 13.010 possuem renda familiar de até R\$ 77,00, o que as coloca na faixa de extrema pobreza⁵. Em número absoluto essas famílias representam 41. 221 pessoas ou 13% da população do município. Em situação de pobreza, de acordo com a mesma fonte, Guarujá possui 6.935 famílias, as quais representam 23.840 pessoas ou aproximadamente 8% da população total do município⁶. Esses índices, se somados, representam 21% da população total do município, um índice maior aos apresentados pelo Censo 2010.

Dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) atestam os índices de risco de sobrepeso/sobrepeso/obesidade entre as crianças do Bolsa Família, acompanhadas na rede municipal de saúde de Guarujá, são maiores do que aqueles referentes à magreza acentuada e magreza.

Entre as crianças de 0 a 5 anos a porcentagem de risco de sobrepeso é de 20,77% e de sobrepeso 9,9%, ambas ligeiramente superiores às médias da região Sudeste (18% para risco de sobrepeso e 7,88% para sobrepeso) e do país (18,37% para risco de sobrepeso e 8,11% para sobrepeso). O índice de crianças obesas nessa faixa etária, apresenta-se, assim como as demais, acima das médias nacional (6,09%) e da região sudeste (6,23%) ficando em 7,03%.

No que diz respeito aos índices de magreza acentuada e magreza os dados do município apresentam-se melhores em relação ao cenário da região sudeste e do país. A magreza acentuada afeta 0,64% das crianças de 0 a 5 anos cadastradas no SISVAN contra 2,69% para a região sudeste e 2,45% para o país.

A média das crianças em situação de magreza está em 1,6% enquanto que as médias da região sudeste e do país figuram em 2,77% e 2,61% respectivamente. A taxa de eutrofia dessa faixa etária está em 60,6%, levemente abaixo da média da região sudeste (62,43%) e da média do Brasil

5 O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadúnico) trabalha com o indicador de pobreza do Banco Mundial que considera que famílias com disposição individual de 1,25 dólar diário para gastos com bens e serviços estão em situação de extrema pobreza. Assim, as famílias com renda per capita de até R\$ 77,00 são consideradas em extrema pobreza. Em situação pobreza encontram-se aquelas famílias que possuem renda per capita de R\$ 77, 01 a R\$ 154,00.

6 Os dados apresentados referentes ao Cadúnico Guarujá são referentes ao mês de Junho de 2015 e estão disponíveis em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio.php#Cadastro Único](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio.php#Cadastro%20%C3%9Anico). Acesso em: 31 ago 2015.

(62,38%).

As crianças que se encontram na faixa etária de 5 a 10, o cenário não é muito alentador. A média de sobrepeso está em 20,77%, maior que as médias da região sudeste (18%) e do país (18,37%). Em situação de obesidade, a média municipal também encontra-se acima das demais (8,11% nacional e 7,88% para a região) ficando em 9,9%. O índice de obesidade grave, para essa faixa etária, não apresenta declínio em relação às médias nacional (6,09%) e da região (6,23%), estando em 7,03%.

No que tange aos indicadores de magreza acentuada, magreza e eutrofia, as médias apresentam-se abaixo do que se verifica na região sudeste e no país. A magreza acentuada corresponde a 0,64% das crianças de 5 a 10 anos cadastradas, enquanto que na região sudeste a média é de 2,69% e no país fica em 2,45%.

A situação de magreza, por sua vez, apresenta uma média de 1,6%, enquanto na região sudeste e o Brasil apresentam 2,77% e 2,61% respectivamente. Abarcando 60,6%, a eutrofia figura-se abaixo do que se encontra a média nacional, 62,38%, e na média regional 62,43%.

Ao considerarmos tais índices, temos que aproximadamente 40% das crianças de 5 a 10 anos estão em situação de sobrepeso/obesidade, um índice alto para faixa etária em questão.

Entre os adolescentes, os três indicadores (sobrepeso, obesidade e obesidade grave) apresentam-se superiores às médias da região sudeste e do país. A situação de sobrepeso acomete 21,64% desses adolescentes, enquanto que na região sudeste a média é de 17,58% e no país é de 16,55%. A média de obesidade fica em 7,96% no município e na região sudeste em 6,74% e nacionalmente em 5,38%. No que diz respeito a obesidade grave, a média é de 1,99% entre os adolescentes do Programa Bolsa Família em Guarujá. Em nível de região sudeste esse índice é 1,4% e no Brasil fica em 1,12%.

Os dados referentes aos índices de magreza acentuada e magreza não apresentam pontuação, ficando o indicador de eutrofia abaixo da média da região sudeste (64,11%) e do país (64,16%), em 56,82%. Isso ocorre devido ao alto índice de adolescentes em situação de sobrepeso/obesidade que juntos representam aproximadamente 32%.

Entre o grupo de mulheres cadastradas no SISVAN e inscritas no CadÚnico, temos 4,09% em baixo peso, índice superior aos da região sudeste (3,43%) e da média nacional (3,57%). Em situação de eutrofia ou peso adequado, temos 41,52% das mulheres cadastradas, índice superior aos da média nacional, 33,53%, e da região sudeste 33,05%.

Em situação de sobrepeso as médias da região sudeste e nacional, temos 33,67% e 33,87% respectivamente. No município essa média é de 29,82%, abaixo dos indicadores do país e da região sudeste. No que diz respeito aos índices de obesidade temos que, 1,17% do grupo analisado encontra-se em situação de obesidade. Em contrapartida, na região sudeste esse índice é de 3,35%, enquanto que a média nacional fica em 3,07%.

A partir desses dados, podemos observar que entre o grupo de mulheres os índices são positivos, com exceção daquele correspondente a situação de magreza, estando acima das médias de comparação.

No que diz respeito aos indicadores referentes às gestantes, o cenário não é muito distinto do avistado entre as mulheres. As médias municipais referentes aos indicadores de baixo peso (17,33%) e sobrepeso (24,67%) apresentam-se inferiores à media regional, na qual o índice de baixo peso está em 19,13% e a situação de sobrepeso em 25,33%. Na média nacional os valores são, respectivamente: 18,65% e 25,65%.

Os indicadores de eutrofia e obesidade apresentam-se de modos distintos às médias de comparação. O índice de eutrofia no município aparece levemente inferior, 38%, enquanto que a média regional está em 38,18% e a nacional em 38,33%. O indicador de obesidade no município apresenta-se acima das médias de comparação. Entre o grupo populacional em questão, a obesidade atinge 20%, enquanto que na região esse índice é de 17,35% e no país é de 17,38%.

Se tivermos em conta os cinco grupos populacionais (crianças de 0 a 5 anos, crianças de 5 a 10 anos, adolescentes, mulheres e gestantes) analisados, temos que no que tange o indicador de obesidade o município apresenta índices, com exceção para o grupo populacional de mulheres, superiores aos índices regional e nacional.

A situação de sobrepeso figura-se acima das médias de comparação em três grupos populacionais, dos que foram analisados aqui, sendo eles: crianças de 0 a 5 anos, crianças de 5 a 10 anos e adolescentes. A obesidade grave figura-se apenas para grupo de crianças de 0 a 5 anos e crianças de 5 a 10 anos, apresentando-se acima das médias da região e país.

A eutrofia apresenta acima das médias de comparação apenas no grupo populacional de mulheres, enquanto que, nos demais grupos, esse indicador se mantém abaixo quando comparado aos índices da região sudeste e do país.

Os indicadores relativos a magreza acentuada, magreza e baixo peso, figura-se acima das índices relativos ao país e a região sudeste no grupo de populacional de mulheres, enquanto que nos grupos representados por gestantes, crianças de 0 a 5 anos e crianças de 5 a 10 anos ele apresenta-se abaixo. No grupo populacional de adolescentes os indicadores de magreza acentuada e magreza não pontuam, configurando-se de modo satisfatório

frente aos índices apresentados regional e nacional.

Frente a esse cenário, sucintamente esboçado, a Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto Política Pública Intersetorial, que compõe a rede de proteção socioassistencial do município, passa a ter papel fundamental como articulador na implementação das ações de promoção e proteção à Saúde, de modo a efetivar os programas, projetos e serviços existentes, incentivando mudanças individuais, de comportamento e estilo de vida.

Na Secretaria Municipal de Saúde os principais Programas do Ministério da Saúde com ações de alimentação e nutrição são desenvolvidos na Rede de Atenção Básica: Nutrisus, PNSF e Vitamina A.

Como uma estratégia da Política Nacional de Alimentação e Nutrição para o combate da deficiência de ferro, desde 2010 o município desenvolve o Programa Nacional de Suplementação de Ferro (PNSF), que objetiva a prevenção e controle da anemia por meio da administração profilática de suplementos de ferro às crianças de 6 a 24 meses de idade, gestantes (incluindo também o ácido fólico) e mulheres até 3º mês pós parto e/ou pós aborto. Atualmente 8 mil pacientes suplementados/ano no município.

A partir de 2014, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, foi implantado no Município o Nutrisus, uma estratégia de fortificação da alimentação infantil, que consiste na adição direta de vitaminas e minerais em pó, em uma das refeições diárias oferecidas às crianças, com idade entre 6 e 24 meses matriculadas nas creches vinculadas ao Programa Saúde na Escola (PSE). O Programa, desenvolvido pelo Ministério da Saúde, visa potencializar o pleno desenvolvimento infantil, a prevenção e o controle das deficiências de vitaminas e minerais na infância, principalmente da anemia. Atualmente está presente em 11 creches municipais, atendendo 120 crianças.

Outro Programa da atenção básica é o de Suplementação de Vitamina A, desenvolvido pelo Ministério da Saúde, que tem como objetivo reduzir e controlar a deficiência nutricional de vitamina A em crianças de 6 a 59 meses de idade, através da suplementação profilática periódica e regular de megadoses de vitamina A. Importante ressaltar que a reserva adequada de Vitamina A em crianças auxilia em até 24% a redução da mortalidade infantil e 28% da mortalidade por diarreia. Atualmente o município beneficia em média 9 mil crianças/ano na faixa etária de 12 a 59 meses de idade.

No Ambulatório de Referência e Especialidades – ARE, funciona o Programa de Obesidade Infantil e Adolescente, criado pela SESAU em 1999 e que atende em média 1.300 pacientes de 02 à 19 anos ao ano. Com objetivo de acompanhar e orientar crianças, adolescentes e familiares no controle e prevenção da obesidade, incentivando a mudanças de hábitos alimentares e estilo de vida, o Programa conta com equipe multidisciplinar

composta por pediatra, nutricionista, psicólogo e educador físico.

Na Unidade Básica Pae Cará, há o Grupo de Educação de Pacientes Sobre peso (GEPS) formado por uma equipe de enfermeira, fisioterapeuta, nutricionista, psicóloga e assistente social que acompanham pacientes adultos com sobre peso e obesidade.

O Programa de Incentivo ao Aleitamento Materno implantado em todas as Unidades Básicas de Saúde, tem como objetivo a promoção, proteção e orientação ao aleitamento através de dinâmicas de grupo de apoio com equipe multidisciplinar, acolhimento do binômio mãe-filho na primeira semana de vida, acolhimento às mães com dificuldade de amamentar; incentivo ao aleitamento materno exclusivo até o 6º mês e aleitamento materno até os 2 anos, com alimentação complementar oportuna.

A mudança de estilo de vida proposta pelos programas acima citados acaba se tornando uma dificuldade na vida das pessoas dos grandes centros urbanos que, pela correria do dia a dia, geralmente impõe dificuldades para encontrar tempo, local e horário disponíveis para a prática das atividades físicas espontâneas. A própria falta de segurança acaba sendo um obstáculo para quem pretende fazer atividades físicas, principalmente para as crianças, que hoje não desfrutam mais das brincadeiras de rua como esconde-esconde, pega-pega, pular corda, andar de bicicleta etc., ficando a maior parte do tempo livre na frente da TV, videogames, computadores, *tablets* e celulares. Diante dessas limitações, tornar-se ativo pode ser uma tarefa mais difícil, porém não de todo impossível.

Importante salientar que o sedentarismo ou a inatividade física é um dos principais fatores de risco para doenças como Hipertensão arterial, diabetes, obesidade, ansiedade, aumento do colesterol, infarto do miocárdio. Sendo assim, se tornar um indivíduo fisicamente ativo proporcionará uma vida mais saudável, feliz e longa.

Pensando nesses aspectos e com o objetivo de proporcionar lazer, saúde e qualidade de vida à população guarujaense, é que a Secretaria de Esporte e Lazer (SEELA) de Guarujá disponibiliza gratuitamente em seus equipamentos e entidades parceiras diferentes modalidades e atividades, em diversos bairros, atingindo as diferentes faixas etárias, desde crianças até a 3ª idade. Dentre as atividades fornecidas pela SEELA temos:

Ginásio Esportivo Marivaldo Fernande (Guaibê):

Atividades Paradesportivas: Bocha adaptada, Atletismo PCD e Handball PCD

Centro Esportivo Duque de Caxias:

Atividades Paradesportivas: Futebol de Sete para PCD, Natação PCD, Basquete DI, Tênis de Mesa DI, Futsal DS, Vôlei DI, Atletismo PCD e Handball PCD.

Atividades Desportivas: Basquetebol, Capoeira, Futebol de Campo, Futsal, Handball, Natação, Tênis de Campo, Voleibol, Karatê e Judô.

Atividades para a Terceira Idade: Bocha e Voleibol

Vila Souza Atlético Clube (Parceiro):

Voleibol terceira idade, Jogos de Mesa Terceira Idade e Natação Terceira Idade.

Ginástica Rítmica e Ginástica Artística, em parceria com a Associação Nacional do Esporte através de Convênio.

Sindicato dos Zeladores de Guarujá (Parceiro):

Futsal e Handball.

Quadra Ponsidônio Bairro Santo Antônio (Parceiro):

Voleibol, Handball, Basquetebol, Futsal e Ginástica Localizada.

Santa Cruz dos Navegantes

Natação, Futebol de Campo, Handball, Basquetebol e hidroginástica.

Estádio Municipal Marivaldo Fernandes

Musculação, Caminhada e Tratamento Fisioterápico Esportivo

Sociedade Esportiva Itapema (Parceiro)

Futsal e Natação

Piscina Napoleão Lauriano

Natação

Praça Horácio Lafer

Pedestrianismo

Praça dos Expedicionários

Atividade física ao ar livre para a Terceira Idade.

LOCAIS CONVENIADOS COM A PREFEITURA DE GUARUJÁ

Ministério Palavra de Vida/Comunidade Nostra

Futebol e Jiu Jitsu (crianças e adolescentes de 05 a 18 anos)

Associação de Surf Guarujá (Praia do Tombo)

Surf (crianças e adolescentes de 07 a 18 anos)

Associação Paradesportiva da Baixada Santista (Praça dos Expedicionários)

Cadeiras anfíbias.

Associação União Santista

Futsal para crianças e adolescentes de 06 a 13 anos, na EM Lúcia Flora dos Santos

Associação Esportiva de Inclusão Social – AEIS

Jiu Jitsu para crianças e adolescentes de 03 a 15 anos, na Igreja Sheknah

Liga de Judô Litoral

Judô para crianças e adolescentes de 06 a 17 anos, na Academia Central do Físico.

Pró Talentos

Triathlon a partir de 10 anos de idade, no Centro Esportivo Duque de Caxias

Associação do Skate de Guarujá

Skate para crianças e adolescentes de 04 a 14 anos, na Av. Santos Dumont.

O incentivo para a prática de atividade física é uma realidade em Guarujá, que através da SEELA apresenta inúmeras possibilidades para a população se tornar ativa e ganhar qualidade de vida. Integrando essas iniciativas o município apresenta outras possibilidades através dos Centros de Atividades Educacionais e Comunitárias (CAESCs), ligados a Secretaria da Educação, equipamentos esses cujo o objetivo é qualificar os munícipes com cursos profissionalizantes e modalidades esportivas, perfazendo um total de 20.000 vagas distribuídas nos 07 CAECS dos diferentes bairros da cidade.

Com o objetivo de proporcionar o acesso a alimentos de qualidade às famílias em situação de vulnerabilidade social, de fomentar a educação alimentar e nutricional e de combater o desperdício de alimentos⁷, em julho de 2013 a Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional reativou o

⁷ O desperdício de alimentos, de acordo com o engenheiro agrônomo da Embrapa Murilo Freire, ocorre quando ele é jogado fora sem ter chegado a quem dele necessita. Frutos feios, legumes com formas irregulares, folhas amassadas são os alvos fáceis do desperdício por não se enquadrarem no padrão de comercialização, contudo, suas vitaminas, proteínas

Projeto Feira da Cidadania, que atualmente atende uma média de 80 famílias, que recebem uma porção de frutas, verduras e legumes, semanalmente, doados por dois sacolões e por comerciantes das feiras livres dos bairros Santa Rosa e Santo Antônio.

Através do recebimento de alimentos fora dos padrões de comercialização, mas ainda dentro das condições higiênico sanitárias e nutricionais de consumo humano, o projeto já arrecadou, de julho de 2013 até outubro de 2015, aproximadamente 25,5 toneladas de alimentos.

A entrega dos alimentos às famílias cadastradas no projeto ocorre às quintas e sextas-feiras nas entidades parceiras, sendo elas: Lions Clube Guarujá Centro e Pastoral da Criança do bairro Santo Antônio. O objetivo de realizar a entrega localmente é o de descentralizar a política pública de SAN, aproximando as pessoas de tal política. Uma vez ao mês, são realizadas oficinas de educação alimentar e nutricional, através da confecção de preparações culinárias de baixo custo, com foco nos alimentos doados, onde são abordados assuntos diversos, entre eles: o aproveitamento integral dos alimentos, formas saudáveis de preparar os alimentos, boas práticas de manipulação de alimentos, orientação nutricional e de alimentação saudável, dentre outros.

Apesar dos avanços do projeto, que se manifestam no número de alimentos arrecadados e no número de famílias participantes atendidas, a necessidade de ampliar a cobertura do mesmo é algo que tem se apresentado frente ao alto índice de famílias em situação de vulnerabilidade social no município⁸. Para tal, o estabelecimento de novas parcerias é de suma importância, para que consigamos avançar nesse intento.

Nesse ano de 2015, mais uma conquista de SAN se concretizou, a adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do MDS, através da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e dos agricultores do município, que começará a ser executado no quarto trimestre de 2015. Nesse primeiro momento, participarão da proposta cinco agricultores, os quais produzem: banana, chuchu, hortaliças hidropônicas, maxixe e mandioca. Como entidades beneficiárias serão contemplados 8 equipamentos públicos da assistência social, 3 restaurantes populares e 2 entidades socioassistenciais.

e sais minerais não se perderam. No Brasil, as perdas de alimentos atingem a média de 30% das frutas pós-colheita e 35% das hortaliças pós-colheita.

Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) atestam que a população mundial está em elevado nível de insegurança alimentar devido às grandes perdas do que é produzido. Um terço da produção mundial de alimentos é perdida, algo que corresponde a 1,7 bilhão de toneladas de alimentos. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-04/domingo-editada-fao-quer-reduzir-perdas-de-alimentos-no-brasil>. Acesso em 05 mai. 2015.

⁸ De acordo com dados do Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal (CadÚnico), dentre as 30.796 famílias cadastradas no município, 13.483 possuem renda de até R\$ 77,00. Se somarmos a essas as famílias com renda per capita de R\$ 77,01 a R\$ 154,00, teremos um total de 20.259 famílias em situação de vulnerabilidade social. Esses dados constam no relatório social do CadÚnico/Guarujá de Março de 2015. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Vis%C3%A3o%20Geral>. Acesso em: 19 mai. 2015.

A agricultura familiar no município está localizada no Sítio da Apresentação, desde 1969, contando atualmente com oito (8) famílias que produzem alface hidropônica, chuchu, palmito pupunha, mandioca, quiabo, vagem, dentre outras verduras e legumes sazonais. Detém no PAA e na Chamada Pública (merenda escolar) uma importante fonte de renda e escoamento da produção. Participantes dessas modalidades de compra em outros municípios da região, respondem ao edital de chamamento público de Guarujá para a aquisição de gêneros alimentícios, para compor a alimentação escolar, desde 2014. São responsáveis também pelo abastecimento de empreendimentos da rede hoteleira do município e algumas redes de supermercados.

Com o intuito de facilitar a participação nesses espaços e fortalecer a agricultura familiar no município, os agricultores criaram, em 2014, a Associação dos Agricultores Familiares de Guarujá (AAFAG). Os alimentos com maior produtividade, em 2014, foram o chuchu com 170 toneladas, a mandioca com 18 toneladas e o palmito pupunha com 5 toneladas.

A merenda escolar de Guarujá atende a 70 mil crianças, adolescentes e adultos dos Núcleos de Educação Infantil, das redes de ensino fundamental, médio e EJA (Educação de Jovens e Adultos) municipais e estaduais. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, a qual determina que 30% do valor repassado pelo FNDE ao município para alimentação escolar deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, tem sido possível ampliar e garantir o acesso, pelos estudantes, a uma alimentação saudável e balanceada, contribuindo para seu crescimento, desenvolvimento, melhor aprendizagem, melhor rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis. O chamamento público para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar ocorre em Guarujá desde 2010, contudo, conseguiu abarcar os agricultores do município apenas em 2014. Já foram fornecidos 12.000 kg de alimentos pela agricultura familiar mediante a venda para o município.

A atividade pesqueira, é outro importante ramo para a garantia da segurança alimentar e nutricional da população, não só por propiciar um alimento nutricionalmente rico, como, também, contribuir com a preservação das áreas produtoras mediante o trabalho das comunidades caiçaras.

Dados do Instituto de Pesca⁹, referentes ao período de 2009 a 2013, atestam que a costa Santos/Guarujá possuem aproximadamente 70 km, com registro de 47.153 descargas advindas de 1.115 diferentes unidades produtoras. O volume médio dessas descargas corresponde a 17.217,5 t por ano, movimentando cerca de R\$ 58 milhões de reais¹⁰.

9 O Instituto de Pesca do Estado de São Paulo, é uma instituição vinculada à Agência de Tecnologia dos Agronegócios da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Ela é responsável pelo Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira.

10 Dados disponíveis em: <http://www.propesq.pesca.sp.gov.br/propesq/web/app.php/publico/23/conteudo>. Acesso em 14 set. 2015.

Tal produção, atesta o Instituto de Pesca, corresponde a 11, 5% das descargas ocorridas no estado de São Paulo, sendo o município que mais contribuiu para a captura de pescado e foi o terceiro do estado em número de descargas. Os principais tipos de pescados no período foram: a sardinha-verdadeira, o camarão-sete-barbas, a corvina, o goete e o polvo.

Dados do Censo Estrutural da Pesca¹¹ estimou em 404 as unidades produtivas ativas e um universo de 1440 pescadores envolvidos na atividade pesqueira.

Devido a falta de uma infraestrutura de processamento, o pescado produzido no município não tem sido ofertado na merenda escolar, tampouco para os equipamentos públicos da rede de proteção socioassistencial via PAA.

Presume-se que após o término da construção e implantação do Centro de Processamento do Pescado da Baixada Santista, em Itanhém, isso seja possível. Por ora, o pescado de Guarujá tem abastecido o mercado local e a rede de restaurantes e hotéis.

Como medida de estímulo ao consumo do pescado, o município conta com Caminhão “Feira do Peixe”¹². Em operação desde final de 2011, a proposta objetiva, entre outras ações, promover a pesca local e o acesso ao pescado de qualidade e a um preço justo.

Com capacidade de atendimento de aproximadamente 1.500 pessoas por mês, o Caminhão “Feira do Peixe” funciona de 2ª a 5ª feiras no período da tarde, estando cada dia da semana em bairro específico. O volume de pescado vendido chega a 3 toneladas mensais, sendo proveniente da pesca industrial e do pescador local. Os bairros contemplados são: Praça 14 Bis em **Vicente de Carvalho**; Rua Guilherme Guinle na **Prainha**; Avenida Áurea Gonzalez Conde (próximo ao Bom Prato) no **Jardim Progresso**; Igreja Palavra de Vida na **Vila Zilda**; Rua Mário Daige (altura da Rua Alvorada) no **Jardim Nova Esperança**; Alameda Dracena (em frente ao CAEC Dante Sinópoli) na **Vila Áurea**; Praça do Comércio no **Morrinhos**; Centro Comunitário Márcia Regina no **Jardim Boa Esperança**; Avenida Manoel Albino (esquina com Carlos Nering) no **Santa Rosa** e Rua Amazonas no **Perequê**.

Nesse ano, Guarujá conquistou um importante instrumento público para promoção da educação alimentar e nutricional. Trata-se da Cozinha Didática Itinerante “Sabor e Renda”, cujo o objetivo é desenvolver oficinas e cursos de educação alimentar e nutricional (EAN) e SAN, abordando áreas como: aproveitamento integral dos alimentos, boas práticas na manipulação de alimentos, alimentação saudável, orientação nutricional, dentre outras, através de aulas teóricas e práticas, com a confecção de receitas de baixo custo aproveitando todas as partes não convencionais dos alimentos

11 Estudo realizado entre os anos de 2009 e 2010.

12 O Caminhão do Peixe é uma ação do Programa Peixe nos bairros, desenvolvido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.

como cascas, talos e folhas.

Iniciando suas atividades em Maio de 2015, a cozinha já passou, desde então, por nove bairros (9) do município¹³, realizando um curso, em cada bairro, de aproveitamento integral dos alimentos, através de uma parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI).

Além dessa parceria, uma vez ao mês, a Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional utiliza a Cozinha Didática para a realização das oficinas de aproveitamento integral dos alimentos com a população participante do projeto “Feira da Cidadania”, em dois bairros do município (Helena Maria e Santo Antônio).

Como equipamentos permanentes, e estabelecidos, de SAN em Guarujá, há os restaurantes populares. São três no total, sendo o Restaurante Popular Tibério Birolini, localizado na Vila Baiana, servindo 650 almoços/dia¹⁴, o Restaurante Popular do bairro Santo Antônio com 1000 almoços/dia e o Restaurante Popular Bom Prato que oferta 150 refeições café-da-manhã/dia e 1200 almoços/dia¹⁵.

O Restaurante Popular Tibério Birolini, é o mais antigo, sendo inaugurado em 2004, através de uma política exclusivamente municipal. Em seguida, no ano de 2009, iniciou suas atividades o Restaurante Popular do bairro Santo Antônio mediante parceria com o Governo Federal e em 2014 foi a vez do Restaurante Bom Prato, uma parceria com o governo do Estado de São Paulo. Todos os restaurantes são administrados por entidades parceiras mediante termo de parceria estabelecidos entre essas e a prefeitura.

A proposta dos restaurantes populares é possibilitar o acesso a uma refeição de qualidade, nutricionalmente balanceada, originada de processos seguros, a preços acessíveis, servida em local apropriado e confortável, de forma a garantir a dignidade ao ato de se alimentar. São destinados a oferecer, prioritariamente, aos extratos sociais mais vulneráveis, refeições variadas, mantendo o equilíbrio entre os nutrientes (proteínas, carboidratos, sais minerais, vitaminas, fibras e água) em uma mesma refeição, possibilitando ao máximo o aproveitamento pelo organismo, reduzindo os grupos de risco à saúde.

Atualmente são ofertados ao todo 2.850 almoços/dia, ao valor de R\$ 1,00 aos munícipes, contemplando três regiões vulneráveis¹⁶ da cidade.

13 São eles: Morrinhos, Prainha, Vila Alice, Vila Edna, Pitangueiras, Santa Cruz dos Navegantes, Helena Maria, Santo Antônio e Maré Mansa.

14 Os Restaurantes Populares seguem o calendário oficial do município, funcionando de segunda a sexta. Abrindo em dias de ponto facultativo e não abrindo em dias de feriado.

15 Em todos os restaurantes populares, um número de refeições gratuitas é destinado a crianças e, no Restaurante Popular do Santo Antônio, à população em situação de rua. Assim, no Restaurante Popular Tibério Birolini, das 650, 50 refeições são destinadas, gratuitamente, a crianças de até 5 anos e 11 meses. No Restaurante Popular Bom Prato e no Restaurante Popular Santo Antônio esse número é de 100 refeições, destinadas a crianças da mesma faixa etária, sendo que, nesse último, 70 refeições são reservadas à população em situação de rua encaminhadas pela rede proteção socioassistencial do município.

16 Trata-se da região da Vila Baiana na qual está localizado o Restaurante Popular Tibério Birolini, a região do Santo Antônio e a região do Jardim Progresso/ Favela do Caixão

Outro serviço de ampliação do acesso a alimentos e de garantia da segurança alimentar e nutricional da população, é a Ação de Distribuição de Alimentos para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana – ADA, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), criada em 2003, como uma ação emergencial e complementar de enfrentamento a insegurança alimentar e nutricional às famílias em acampamentos da reforma agrária e populações em situações de calamidade social. Os povos e comunidades tradicionais de matriz africana foram inseridos entre os grupos beneficiários dessa ação no ano de 2005.

Visando assegurar uma maior efetividade e transparência à ADA, em 2012, foram formados Comitês Gestores Estaduais – CGMAF em 21 estados e no distrito federal. Os Comitês devem representar a diversidade das matrizes africanas, garantir a transparência no processo de distribuição das cestas alimentares e prestar contas das cestas distribuídas. No estado de São Paulo o Comitê Gestor é representado pelo Movimento Nação Bantu (MONABANTU).

Em Guarujá, esse serviço é desenvolvido pelos Povos Tradicionais de Matriz Africana (PTMA) representados por casas. Essas casas organizadas por um representante local, atendem famílias em situação de vulnerabilidade social mediante doação direta das cestas de alimentos entregues pela CONAB. As casas se responsabilizam pelo cadastramento das famílias e prestação de contas junto ao Comitê Gestor (ministério e a CONAB). O poder público municipal participa disponibilizando, a cada dois meses, um veículo de médio porte para buscar as cestas no Banco de Alimentos de Carapicuíba, na região metropolitana de São Paulo.

Atualmente as cestas de alimentos tem atendido 200 famílias de Guarujá, as quais vivem nos territórios onde estão localizadas acerca de 200 casas dos PTMA, sendo elas de Umbanda e Candomblé.

No que diz respeito ao espaços de controle social e monitoramento, Guarujá conta com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) e com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

Estabelecido pela Lei nº 3.294 de 10 janeiro de 2006 e alterado em um de seus dispositivos¹⁷ pela Lei nº 4.048 de 14 abril de 2014, o COMSEA foi criado no ano de 2006, contudo inicia suas operações em 2011 apenas, juntamente a realização da 1º Conferência Municipal de SAN. Além de ser uma instância de controle e participação sociais, onde Estado e sociedade civil estabelecem diretrizes, levantam necessidades e possibilidades de ações

onde está o Restaurante Popular Bom Prato.

17 A referida lei alterou o dispositivo referente a composição do COMSEA, que passou de proporcionalidade paritária para proporcionalidade 1/3 poder público e 2/3 sociedade civil.

e serviços para garantir que a segurança alimentar e nutricional, o COMSEA constituiu num eixo fundamental para a adesão, pelo município, ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e para a realização das conferências municipais. Atualmente a composição do COMSEA respeita a proporcionalidade de 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, com mandatos de dois anos, podendo ser reconduzido para mais dois anos.

As Conferências Municipais de SAN elaboradas pelo COMSEA, ocorreram nos anos de 2011 e 2015, ano em que também aconteceu em Guarujá a V Conferência Regional de SAN. As deliberações pautadas em ambas as conferências serviram como base para a elaboração do Plano Municipal de SAN de Guarujá.

Outra instância consultiva e de monitoramento das ações de SAN instituída no município, nos marcos do processo de adesão ao SISAN, é a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). A CAISAN foi instituída pelo Decreto nº 10.880 de 14 abril de 2015. Sua composição comporta os mesmos membros governamentais do COMSEA e uma Secretária Executiva responsável por coordenar os trabalhos, a qual foi indicada gestora da política de Assistência Social, pasta na qual encontra-se vinculada a política de Segurança Alimentar e Nutricional no município.

A atuação da CAISAN tem se dado de modo articulado com o COMSEA para viabilizar o estabelecimento de parâmetros e diretrizes para o monitoramento das ações de SAN no município, assim como na elaboração do presente plano. Além disso, a CAISAN acompanhado do COMSEA, das Conferências e do presente plano, conformam os critérios necessários a adesão ao SISAN.

Nesse caso, além de critérios de adesão ao SISAN, esses espaços são de sumária importância para que as ações de SAN e o direito a alimentação seja efetivado. Vários foram os dados e elementos que apresentamos que colaboram para que a Segurança Alimentar e Nutricional se fortaleça e seja possível em nosso município.

Entendendo a política de segurança alimentar e nutricional como uma política articuladora das ações correlatas a área, o presente plano foi pensado de modo a articular as ações de outras pastas que contemplam a proposta da segurança alimentar e nutricional e tornar o diálogo sobre ela uma prática cotidiana, a fim de que se possa ocupar os diferentes espaços de toda a rede de equipamentos municipais de proteção socioassistencial.

As diretrizes do Plano Municipal de SAN – PMSAN foram elaboradas com base nas diretrizes do Plano Nacional de SAN, descritas no Decreto nº7.272/2010; nas recomendações da II Conferência Municipal de SAN e V Conferência Regional de SAN:

DIRETRIZ 1 – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

DIRETRIZ 2 – Implantação, ampliação e consolidação dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.

DIRETRIZ 3 – Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.

DIRETRIZ 4 – Fortalecimento da agricultura familiar.

DIRETRIZ 5 – Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional.

DIRETRIZ 6 – Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

QUADRO DE AÇÕES

A elaboração do Quadro de Ações ocorreu conjuntamente com a CAISAN/municipal e COMSEA, sendo baseada nas deliberações pautadas na II Conferência Municipal de SAN e V Conferência Regional de SAN:

DIRETRIZ 1: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.						
OBJETIVO: Universalizar o direito a alimentação adequada às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.						
AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO
Ampliação do Projeto “Feira da Cidadania”.	- garantir o acesso ao alimento, em quantidade, qualidade e regularidade	Ampliar em 50% a quantidade de alimentos arrecadados até 2017	- cadastro das famílias beneficiárias do Projeto; - cadastro dos	SEDEAS (SEGAN)	Feirantes, Quitandas, Redes de Supermercados, Redes Atacadistas, Lions Clube e	Permanente

	<p>necessárias, à população vulnerável do Guarujá/SP, focando a inscrita no CAD Único;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Combater o desperdício de alimentos. - reduzir a insegurança alimentar no município. 	<p>Ampliar em 100% o número de famílias beneficiárias.</p> <p>Ampliar o projeto para 2 regiões do município.</p> <p>Ampliar o número de parceiros doadores em 50%</p>	<p>parceiros;</p> <ul style="list-style-type: none"> - cadastro dos voluntários; - arrecadação, seleção, acondicionamento e distribuição dos alimentos às famílias cadastradas no Projeto; - realização de oficinas mensais de Aproveitamento Integral de Alimentos com os beneficiários. 		Pastoral da Criança.	
<p>Implantação e manutenção de Hortas Orgânicas Comunitárias Urbanas e Periurbanas nos equipamentos públicos municipais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - propiciar conhecimentos e habilidades que permitem as pessoas produzirem, selecionarem e consumirem os alimentos de forma adequada, segura e saudável; - aumentar a oferta de alimentos como verduras, legumes e frutas para o auto consumo 	<p>Implantar 8 Hortas Orgânicas Comunitárias</p>	<p>Implantar hortas em equipamentos da rede socioassistencial e espaços públicos.</p>	<p>SEMAM SEDEAS SEDEP SESAU</p>	<p>Associações de Moradores de Bairro.</p>	<p>Implantação até 2017. Manutenção Permanente.</p>

<p>Assegurar o fornecimento de Alimentação Adequada e Saudável, aos alunos participantes de atividades extracurriculares desenvolvidos pelo poder público e/ou entidades conveniadas, advindas da aquisição da agricultura familiar.</p>	<p>- Promover o acesso à alimentação adequada e saudável para crianças, adolescentes e familiares participantes de Programas Complementares desenvolvidos pela SEDUC E SEDEAS (CRAS, CATI)</p>	<p>Ofertar a 100% dos alunos participantes dos projetos do contratempo uma refeição com qualidade nutricional. Ofertar a 100% dos participantes dos projetos de fortalecimento de vínculo, etc uma refeição com qualidade nutricional.</p>	<p>Participação dos nutricionistas da rede municipal na composição da refeição servida e no processo de solicitação de compra dos gêneros alimentícios. Incentivar o consumo dos alimentos fornecidos no horário da atividade, informando seu valor nutricional e sua importância na qualidade de vida.</p>	<p>SEELA SEDUC (Mais Educação e Segundo Tempo) SEDEAS</p>	<p>Agricultura Familiar</p>	<p>Permanente</p>
<p>Implantar o relógio biológico em todas as escolas estaduais e municipais</p>	<p>Adequar e padronizar os cardápios conforme público atendido, bem como horário e tipo das refeições e seu relógio biológico.</p>	<p>50 % das escolas com relógio biológico implantado até 2016</p>	<p>No período matutino: na entrada ou pouco da entrada, será o café da manhã, no intervalo, uma fruta ou suco de fruta e ao final do período ou próximo ao seu final servido o almoço. No período vespertino, na entrada será</p>	<p>SEDUC</p>	<p>APM SEDEAS</p>	<p>Permanente</p>

			<p>oferecido almoço, no intervalo uma fruta ou suco de frutas.</p> <p>No período noturno o jantar será oferecido no intervalo com fruta ou suco.</p>			
--	--	--	--	--	--	--

DIRETRIZ 2: Implantação, ampliação e consolidação dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.						
OBJETIVO: Garantir o acesso ao alimento, a informação e capacitação na área de segurança alimentar através de equipamentos públicos.						
AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO
Construção e implantação de um Banco de Alimentos no município do Guarujá/SP.	- garantir o acesso ao alimento, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, à população do Guarujá/SP.	- Até o ano de 2019 ter um Banco de Alimentos Implantado no Município. - Fornecer XXX toneladas de alimentos no primeiro ano de funcionamento. - 100% dos equipamentos socio assistenciais, entidades e famílias vulneráveis cadastradas atendidas pelo	- Recepção, seleção, higienização, separação e acondicionamento dos alimentos recebidos diariamente. - Distribuição dos alimentos às entidades e famílias cadastradas no Banco de Alimentos. - Realização de 36 cursos de capacitação e 06 cursos de geração	SEDEAS (SEGAN)	Redes de Supermercados, Redes Atacadistas, Quitandas, Feirantes, CONAB (Governo Federal)	Construção até 2019, com atividades permanentes.

		equipamento.	de renda aos usuários contemplados pelo Banco de Alimentos (famílias assistidas nas entidades, funcionários das entidades e funcionários do Banco de Alimentos): educação nutricional, aproveitamento total dos alimentos, boas práticas na manipulação de alimentos, geleias e compotas. - Articulação da rede de Segurança Alimentar e Nutricional com demais Secretarias do município na realização de semanas típicas em comemoração às datas especiais das comunidades tradicionais de Guarujá (pescadores artesanais e povos			
--	--	--------------	--	--	--	--

			<p>tradicionais de matrizes africanas) e ao Dia Mundial da Alimentação (16 de Outubro).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tratamento de resíduos orgânicos. - Fornecimento de adubo orgânico produzido no tratamento dos resíduos orgânicos aos agricultores familiares e às hortas da rede municipal de ensino. 			
<p>Manutenção dos três Restaurantes Populares: Santo Antônio, Tibério Birolini e Bom Prato.</p>	<p>Manter a garantia do acesso ao alimento, em quantidade, qualidade aos usuários dos equipamentos, a um custo acessível.</p>	<p>Manter o fornecimento de 1.000 refeições (almoço) no Restaurante Popular Santo Antônio. Manter o fornecimento de 1.200 refeições (almoço) e 100 refeições (café da manhã) no Restaurante Popular Bom Prato. Manter o fornecimento de</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Confecção e fornecimento de refeições balanceadas (almoço e café da manhã) aos usuários, de segunda-feira a sexta-feira. - Desenvolvimento de atividades educativas sobre alimentação saudável, qualidade de vida, combate ao 	SEDEAS	<p>APASEM LAR ESPÍRITA ELIZABETH MINISTÉRIO PALAVRA DE VIDA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO.</p>	Permanente

		650 refeições (almoço) no Restaurante Popular Tibério Birolini.	desperdício de alimentos.			
Manutenção do Caminhão Feira do Peixe	Manter a garantia do acesso ao pescado a um custo acessível à população vulnerável.	- Atingir 40 ton/mês de pescados comercializados, prioritariamente nos bairros vulneráveis do município até o segundo semestre de 2016. - Incentivar o consumo do pescado, por meio de campanha educativa aos consumidores, em especial junto ao Caminhão Feira do Peixe.	- Venda do pescado fresco a um custo acessível. - Realizar mensalmente a confecção e degustação de preparações com pescado aos consumidores do Caminhão do Peixe.	SEDEP (Diretoria de Pesca)	ACOOPEG SEDEAS	Permanente
Implementação de Equipe Técnica Multidisciplinar (Nutricionista, técnico de nutrição) e pessoal de apoio (cozinheiros e auxiliares de cozinha) para os programas e	- Contratar 16 profissionais da área de nutrição para alimentação escolar conforme previsão legal da resolução CFN 465/2010., - Contratar via concurso público 02	- Contratar 04 profissionais por ano a partir de 2016 na SEDUC. - Contratar 02 nutricionistas no primeiro semestre de 2016 na SEDEAS.		SEDUC SEDEAS Secretaria de Administração. Câmara Municipal Advocacia Geral	CRN-03	Já foi lavrado documento específico exigindo apresentação de responsável técnico para SEDEAS

equipamentos de SAN.	<p>nutricionistas para compor o quadro técnico dos equipamentos dos serviços sócios assistenciais e Programas de SAN da SEDEAS, conforme ato normativo CFN 18/2008, sobre alimentação coletiva.</p> <p>- Contratar via concurso público os profissionais de apoio técnico para adequação dos serviços de alimentação e nutrição da rede pública (SEDUC e SEDEAS).</p>					
----------------------	---	--	--	--	--	--

DIRETRIZ 3: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.

OBJETIVO: Promover o conhecimento e a informação de uma alimentação saudável para empoderar e ampliar as possibilidades de escolhas alimentares.

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO
- Efetivação do inciso II do artigo 2º, inciso III do artigo 17º da lei	- Incluir no projeto político pedagógico de forma transversal	- atingir 20% das Escolas Públicas Municipais até 2019	- Capacitação dos professores pelas nutricionistas da	SEDUC	SEDEAS (SEGAN) UNIVERSIDADES E ESCOLAS	Permanente

nacional nº 11.947/2009, que versa sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar.	ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas Escolas Públicas Municipais.		rede pública; - Participação do nutricionista na elaboração do projeto pedagógico de educação alimentar e nutricional, conforme faixa etária. - Participação e acompanhamento das nutricionistas das empresas terceirizadas no processo de educação alimentar e nutricional nas escolas de sua responsabilidade.		TÉCNICAS COMSEA	
- Orientações de Aproveitamento Integral de Alimentos em Escolas da Rede Pública Municipal e Estadual, Creches, Redes de Proteção Básica, Redes de Proteção Especial.	- Reduzir em 50% o desperdício de alimentos utilizados nos equipamentos públicos, melhorando a qualidade da alimentação oferecida.	- capacitar 100 % dos agentes de serviços de alimentação duas vezes ao ano.	- Oficinas teóricas e práticas sobre o aproveitamento integral dos alimentos	SEDUC SEDEAS	SESI Empresas terceirizadas da Coordenadoria de Merenda	Permanente
Elaboração de material didático informativo	- Ampliar os canais de divulgação e	- Elaboração da cartilha.	- Distribuição da cartilha em todos os	SEDEAS (SEGAN)	Comunicação SEDUC	Elaboração até dezembro 2016 e

sobre Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação adequada.	informação acerca do direito humana à alimentação adequada	- publicar 100 mil cartilhas para ampla distribuição; - disponibilizar a cartilha para download no site da Prefeitura de Guarujá	equipamentos públicos da rede municipal		SESAU COMSEA CAISAN SEDEAS	divulgação permanente.
- Implantação do curso profissionalizante de hortelões	- capacitar para implantação de pomar, hortas e jardins orgânicos	- realizar 1 curso anual de 250 horas - capacitar 30 pessoas anualmente	- aulas práticas e teóricas sobre utilização adequada do solo e nutrição das plantas	SEDEP SEDUC	SENAR	Permanente
Realização de oficinas de resgate cultural da alimentação e dos hábitos alimentares dos partícipes do Projeto Feira da Cidadania	- Resgatar a alimentação como um patrimônio cultural da população participante; - Promover a alimentação como direito social; - Estimular os hábitos alimentares saudáveis praticados pela população participante; - Mapear as preparações tradicionais da população participante	- realizar 01 oficina, com 10 encontros de duas horas cada, contemplando 15 participantes do projeto Feira da Cidadania.	- oficinas práticas de culinária desenvolvidas pelos partícipes do projeto; - catalogação das receitas apresentadas com registro escrito e fotográfico; - abordagem de assuntos acerca da alimentação enquanto direito social e elemento cultural dos povos, durante as atividades a serem desenvolvidas pelos partícipes;	SEDEAS (SEGAN)	Comunicação Pastoral da Criança Lions Clube Unaerp Restaurante Popular Santo Antônio	Elaboração das oficinas até Março de 2016 e início dos trabalhos até Maio de 2016.

			<ul style="list-style-type: none"> - elaboração de um livro de receitas como resultado final das oficinas; - publicação do livro em evento específico com a participação da comunidade. 			
--	--	--	---	--	--	--

DIRETRIZ 4: Fortalecimento da agricultura familiar.

OBJETIVO: Apoiar e incentivar a produção da agricultura familiar local e garantir o consumo dessa produção na alimentação escolar e equipamentos públicos socioassistenciais, melhorando a qualidade da alimentação da população assistida.

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO
Manutenção da adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) via Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).	<ul style="list-style-type: none"> - incentivar a agricultura familiar do município do Guarujá/SP e região; - garantir o acesso ao alimento, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, à população atendida pela rede socioassistencial, entidades e pelos equipamentos públicos de segurança alimentar 	Fornecer os gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar a 100% dos equipamentos da rede socioassistencial e de segurança alimentar do município.	Fornecimento dos gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar semanalmente aos equipamentos.	SEDEAS (SEGAN)	Associação de Agricultores Familiares do Guarujá/SP e região	Permanente

	e nutricional.					
Fazer cumprir a Lei nº 11.947 de 16 Junho de 2009 que determina que no mínimo 30% do valor repassado pelo FNDE para alimentação escolar, deve ser utilizado para a compra de gênero alimentício diretamente da agricultura familiar.	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitar o processo da Chamada Pública; - Garantir que todo o processo da chamada pública seja suficientemente ágil para que a aquisição dos alimentos seja dentro dos prazos de sazonalidade agrícola; - Fortalecer a agricultura familiar do município; - Fortalecer o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), priorizando a aquisição de alimentos orgânicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar anualmente no mínimo os 30% dos recursos destinados a compra da agricultura familiar, priorizando os agricultores locais e produtos orgânicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação efetiva dos membros da Comissão da Chamada pública nas reuniões mensais; - Capacitação da Diretoria de Compras para realização da Chamada Pública; - Testes de aceitabilidade para possível introdução de novos gêneros alimentícios produzidos pelos agricultores familiares. 	SEDUC SEDEAS Diretoria de Compras Advocacia Geral	COMSEA Agricultores Familiares e FNDE	Permanente
Implantar Feira do Produtor Local	<ul style="list-style-type: none"> - incentivar os agricultores locais e da região - garantir a oferta do alimento orgânico a população 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar até o segundo semestre de 2016. - Realizar, mensalmente, uma Feira do Produtor Local, focada na Agricultura 	<ul style="list-style-type: none"> - realização de vendas dos produtos produzidos pela agricultura familiar - orientações aos consumidores sobre a importância do alimento orgânico 	SEDEP SEDEAS (SEGAN)	Associação de Agricultores Familiares de Guarujá (AAFAG) Jardim Botânico de Santos (Paulo Marco) CATI	Permanente

		Familiar no município.	para uma melhor nutrição - conscientização da população acerca da importância de consumir alimentos produzidos por agricultores familiares			
--	--	------------------------	---	--	--	--

DIRETRIZ 5: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional.

OBJETIVO: Promover mecanismos de prevenção e proteção à saúde baseados nas práticas saudáveis de alimentação e estilo de vida.

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO
Manutenção da Estratégia de Fortificação de Alimentação Infantil NutriSUS	Garantir a fortificação da alimentação infantil através da adição de micronutrientes na alimentação de crianças de 6 a 24 meses das creches municipais e conveniadas, localizadas no território das USAFAS e UBS	Ampliar em 20% a adesão das crianças na faixa etária de 6 a 24 meses das 11 creches participantes até 2017.	- Formação contínua dos profissionais envolvidos para que o NutriSUS seja articulador das ações de promoção da saúde.	SESAU SEDUC	COMSEA	Permanente
Manutenção do	Controle e	Ampliar em 40% a	Capacitação das	SESAU	COMSEA	Permanente

<p>Programa Nacional de Suplementação de Ferro e Vitamina A.</p>	<p>Prevenção de Carências Nutricionais em crianças de 6 a 4 anos e 11 meses e gestantes e puérperas</p>	<p>suplementação de vitamina A (megadose) em crianças de 12 meses a 4 anos e 11 meses até 2017 Ampliar em 30 % a suplementação de ferro em crianças de 6 meses a 24 meses e 40% em gestantes e puérperas até o segundo semestre de 2016.</p>	<p>equipes de Saúde das UBS e USAFAS sobre a importância da suplementação a esse grupo específico. - Grupos de orientação nutricional para gestantes e nutrizes -Orientação nutricional com ênfase nos alimentos ricos em ferro e na importância da suplementação de ferro dos 6 meses aos 2 anos de idade, nos grupos de aleitamento - Criação de um protocolo para a suplementação de ferro e vitamina A.</p>		<p>SEDEAS (SEGAN)</p>	
<p>Manutenção do Programa de Incentivo ao Aleitamento Materno</p>	<p>-Promover uma ação socioeducativa visando incentivar o aleitamento materno</p>	<p>Elevar para 60% a taxa de aleitamento materno exclusivo até 4 meses de idade e para 40% a taxa de aleitamento materno exclusivo até 6 meses</p>	<p>- Grupos com o apoio do NASF para equipes de saúde - Capacitação permanente da equipe técnica e</p>	<p>SESAU</p>	<p>COMSEA SEDEAS (SEGAN)</p>	<p>Permanente</p>

	exclusivo até o 6º mês de vida e aleitamento materno até os 2 anos, com alimentação complementar oportuna.	de idade até 2017.	agentes comunitários de saúde sobre manejo do aleitamento - Realização de Dinâmicas de grupo para promoção, proteção e orientação do aleitamento nas USAFA e UBS. - Acolhimento do binômio mãe-filho na primeira semana de vida - Acolhimento às mães com dificuldade de amamentar, em todas as USAFAS e UBSs			
Reativar o posto de coleta de leite humano	- Incentivar a doação de leite materno para pasteurização e armazenamento para doação aos recém-nascidos da UTI neo natal. - Propiciar a redução da mortalidade infantil	100% dos recém-nascidos internados em UTI neo natal possam ser alimentados com leite materno até o segundo semestre de 2016.	- Promoção, proteção e orientação para aleitamento materno exclusivo até 6 meses e continuado até 2 anos. - Promoção da doação de leite. - Campanhas educativas	SESAU HOSPITAL SANTO AMARO	CORREIOS	PERMANENTE

			<ul style="list-style-type: none"> - Confeção de folders, outdoors (FAN) - Coleta semanal do leite ordenhado para doação. (1 carro) 			
<p>Implantação do Programa de Incentivo à Alimentação Saudável na Rede de Atenção Básica de Saúde.</p>	<p>-Incentivo a adoção de hábitos de vida e práticas alimentares saudáveis</p>	<p>Atingir 100% das Unidades Saúde da Família até 2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> - capacitação da equipe técnica e agentes comunitários de saúde; - elaboração de uma cartilha sobre alimentação saudável baseada no novo guia alimentar (FAN); - implementação da EMPACS na Atenção Básica e Creches Municipais. - Incentivo a prática de atividade física - Realização de atividades físicas moderadas, semanalmente, integrando pacientes e equipe técnica. (Agita 	<p>SESAU SEDUC</p>	<p>COMSEA</p>	<p>Permanente</p>

			Guarujá)			
Manutenção do Programa de Obesidade Infantil	- Acompanhar e orientar crianças, adolescentes e familiares no controle e prevenção da obesidade.	Que 20% das crianças acompanhadas no Programa apresentem evolução do quadro no período de um ano (redução/manutenção do peso, adequação das taxas dos exames laboratoriais) Que 20% dos pacientes assistidos saia do sedentarismo. 30 % das crianças diagnosticadas com obesidade, matriculadas nas creches e escolas da Rede Municipal, encaminhadas ao Programa até o segundo semestre de 2016	- Elaboração e distribuição de material informativo sobre alimentação e hábitos de vida saudáveis (FAN) - Avaliação Antropométrica (SISVAN) - Incentivar a participação nas aulas de educação física. - Incentivar o consumo da alimentação escolar. -Parceria com Projeto Sabor e Renda para desenvolvimento de oficinas de alimentação saudável. - sensibilizar os educadores físicos a incentivar as crianças com excesso de peso a participarem das aulas de educação física	SESAU SEDUC SEELA SEDEAS (SEGAN)	COMSEA	Permanente

			- Incentivar a prática de atividade física no contratempo (Segundo tempo, CAECs, resgate de brincadeiras de crianças, etc)			
Implantação do Grupo de Orientação Nutricional para Adultos Obesos nas Unidades de Saúde	Acompanhar e orientar adultos no controle e prevenção da obesidade.	Atingir 30% dos pacientes com sobrepeso e obesidade triados nas Unidades de Saúde para que saiam do sedentarismo e adotem hábitos de vida saudáveis até o segundo semestre de 2016.	- Elaboração e distribuição de material informativo sobre alimentação e hábitos de vida saudáveis (FAN) - Parceria com Projeto Sabor e Renda para desenvolvimento de oficinas de alimentação saudável. - Grupos de orientação para prevenção da obesidade com equipe multidisciplinar.	SESAU SEDEAS	COMSEA SEDEAS (SEGAN)	Permanente
Manutenção do Projeto Sabor e Renda	Ampliar as ações de alimentação e nutrição e combate ao desperdício de	Realização de 30 oficinas anuais.	- Realização de oficinas teóricas e práticas, com a confecção de receitas de	SEDEAS (SEGAN)	SESI SENAC UNIDADES DE SAÚDE ESCOLAS	Permanente.

	alimentos.		aproveitamento integral dos alimentos, orientando sobre alimentação saudável, aquisição, higienização e armazenamento dos alimentos.		MUNICIPAIS PASTORAL DA CRIANÇA LIONS CLUBE.	
Fazer valer o artigo 5º da Lei Municipal 80/2003	- alertar sobre os riscos da obesidade; - estimular o consumo de alimentos saudáveis	- 100% das escolas municipais e estaduais cumprindo a Lei até final de 2016	- capacitação e conscientização dos donos das cantinas; - elaboração de cartazes informativos; - envolvimento das APMs	SEDUC SEDEAS SESAU	Conselho da criança e do Adolescente, CAE COMSEA	Permanente
Criação de uma Lei Orgânica Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	- Garantir as ações de Segurança Alimentar e Nutricional no Município - Instituir uma dotação orçamentária para SAN.	- Lei elaborada e publicada até final de 2016	- Elaboração, aprovação e publicação da Lei.	AGM	SEDEAS (SEGAN) Câmara	2016

DIRETRIZ 6: Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.						
OBJETIVO: Criar mecanismos de monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.						
AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO
Pesquisa sobre a insegurança alimentar e nutricional da população inscrita no CadÚnico de Guarujá	Mensurar os índices de insegurança alimentar da população do CAD Único. (EBIA) Conhecer os tipos de alimentos mais consumidos pela população-alvo.	Entrevistar 10 % da população inscrita no CAD Único.	Seleção dos locais das entrevistas. Seleção do número de entrevistados por região escolhida. Seleção dos entrevistadores e capacitação. Realização das entrevistas. Tabulação dos dados.	SEDEAS SEGAN	UNAERP	Até final de 2015 Reaplicação após 2 anos
Ampliação da cobertura do SISVAN/WEB (estado nutricional e situação alimentar)	- Mapear o estado nutricional da população por faixa etária e sua situação alimentar.	- 50% dos usuários (crianças, adolescentes, gestantes e idosos) da rede básica de saúde acompanhados (peso/estatura e situação alimentar) no SISVAN/WEB.	- Capacitar anualmente os profissionais responsáveis por alimentar o SISVAN/WEB; - Aferir peso e estatura na pré consulta de todos os pacientes atendidos no SUS; - Inserção dos dados antropométricos no sistema; - Realizar anualmente pesquisa sobre	SESAU	UNIVERSIDADES ESCOLAS TÉNICAS Ministério da Saúde	Permanente

			<p>marcadores de consumo alimentar;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contratar mais profissionais responsáveis por alimentar o SISVAN/WEB. 			
Desenvolvimento de instrumental próprio de monitoramento das ações de SAN	Construir um instrumental de monitoramento próprio	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorar as ações de SAN desenvolvidas no município e seus respectivos resultados a cada dois anos. - Ampliar a capacidade de monitoramento das pastas envolvidas nas ações de SAN; - Acrescer a base de dados da SEDEAS SEGAN a respeito da política de SAN no município 	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar, no âmbito do COMSEA, as políticas que desenvolver ações de SAN para criação de espaço próprio para a elaboração do instrumental; - Levantar os instrumentais utilizados por cada política, a fim de contemplar os indicadores, por elas, utilizados. - Realizar reuniões periódicas para a construção do instrumental. 	SEDEAS SEGAN	<p>SEDUC SESAU SEDEAS SEDEP SEMAM</p>	Elaboração do instrumental e aplicação até 2017

DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Ainda que o plano seja um esforço coletivo e democrático que vise abarcar a heterogeneidade das necessidades dos diferentes setores que o compõem, alguns desafios ainda estão postos para que esse plano seja passível de efetivação.

Nesse sentido, apresentamos abaixo quais seriam os desafios que necessitamos superar para a efetivação do plano, assim como, temos em conta que na medida em que esse for sendo efetivado teremos condições de superar os desafios postos. São eles:

- Consolidação da intersetorialidade e do entendimento do que é a Segurança Alimentar e Nutricional e sua interface com as demais políticas públicas.
- Rompimento da Cultura do Setorialismo, buscando a intersetorialidade.
- Reversão das tendências de aumento das taxas de excesso de peso e obesidade, a conscientização para uma alimentação e estilo de vida saudáveis.
- Estrutura Física e Humana insuficientes para a gestão, articulação e execução de SAN no município.
- Garantia, no Orçamento Municipal, de recursos para Gestão e Articulação da Segurança Alimentar e Nutricional para implementação de programas, projetos e ações de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é uma grande conquista para essa política, tão recente e tão necessária em nosso município. Apesar de não termos conhecimento do grau de insegurança alimentar e nutricional de nossa população, é conhecida a sua vulnerabilidade social, os altos índices de sobrepeso e obesidade, a alta taxa de mortalidade infantil, a desigualdade no acesso à moradia regulares, dentre outros indicadores que foram apresentados. As ações propostas devem ser efetivadas e apoiadas intersetorialmente, pois o público-alvo é único, embora heterogêneo em suas demandas e necessidades, mas presente, de algum modo, em todos os equipamentos públicos da municipalidade.

Além disso, cabe considerar que a intersetorialidade é, antes de tudo, uma condição para que as ações de SAN possam efetivar-se, cabendo ao órgão gestor dessa pasta articulá-las e direcioná-las para que a garantia da segurança alimentar e nutricional possa ocorrer. Portanto, a intersetorialidade deve ser o eixo estruturador das Políticas Públicas de SAN.

Fruto de um debate coletivo, cujos os espaços privilegiados de interlocução foram a II Conferência Municipal de SAN, a V Conferência Regional de SAN e o Conselho Municipal de SAN, o plano objetiva estabelecer diretrizes e parâmetros para a ampliação da SAN em Guarujá para os

próximos quatro anos, tendo a CAISAN como a instância governamental responsável pela coordenação e pelo monitoramento intersetorial dessa política pública tão importante para o combate à fome, e à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

REFERÊNCIAS

AIFA. **Agricultura Familiar no Brasil. Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena. Ministério do Desenvolvimento Agrário.** Brasília: AIFA, 2014. Apresenta artigos e textos sobre o Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena no Brasil. Disponível em: <http://www.aiaf2014.gov.br/sitemda/agricultura-familiar>. Acesso: 15 ago 2015.

BRASIL. Lei 11.346, de 15 setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/consea/3conferencia/static/Documentos/Cartilha_CONSEA-2007_NOVO.pdf. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Vigitel: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico**, de 04 de agosto de 2014. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/abril/30/Lancamento-Vigitel-28-04-ok.pdf>. Acesso em: 02 set. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.: il. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/novembro/05/Guia-Alimentar-para-a-pop-brasiliera-Miolo-PDF-Internet.pdf>. Acesso em 02 set. 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.** Relatórios Públicos. Módulo Gerador de Relatórios. Apresenta dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Disponível: http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvan/relatorios_publicos/relatorios.php. Acesso em: 02 set. 2015.

CELAFISCS. **Programa Agita São Paulo é Certificado pela Fundação do Banco do Brasil de Tecnologia Social.** São Caetano do Sul: CELAFISCS, 2009. Apresenta textos sobre aptidões físicas. Disponível em: <http://www.celafiscs.org.br/index.php/noticias/item/programa-agita-sao-paulo-e-certificado-pela-fundacao-do-banco-do-brasil-de-tecnologia-social>. Acesso em: 29 set. 2015.

FAO. **State of Food Insecurity in the World. Food and Agriculture Organization of the United Nations.** International Fund of Agricultural Development. World Food Programme. Roma/It: FAO, 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4671e.pdf>. Acesso em 03 set. 2015. 08 p.

GALEANO, Eduardo. Os donos do mundo usam o mundo como se fosse descartável. **Viomundo**, São Paulo, 13 abr. 2015. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/eduardo-galeano-os-donos-do-mundo-usam-o-mundo-como-se-fosse-descartavel.html>. Acesso em: 02 set. 2015.

GANDRA, Alana. FAO quer reduzir a perda e o desperdício de alimentos no Brasil. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 26 abr. 2015, Economia.

Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2015-04/domingo-editada-fao-quer-reduzir-perdas-de-alimentos-no-brasil>. Acesso em: 05 mai. 2015

GUARUJÁ. **Agenda 21: Guarujá 2034, por um cenário sustentável**. 1ª reimpressão. Guarujá, SP, 2014.

_____. **Caecs oferecem 3.800 vagas para cursos profissionalizantes e atividades esportivas**. Guarujá: Portal Guarujá, 2015. Apresenta as informações oficiais da Prefeitura Municipal de Guarujá. Disponível em: <http://portal.guaruja.sp.gov.br/?s=CAECs>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. Decreto nº 10.880, de 14 abril de 2014. Cria a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Guarujá, SP, 23 de abril de 2014.

INSTITUTO PÓLIS. **Resumo Executivo de Guarujá. Litoral Sustentável: desenvolvimento com inclusão social**. São Paulo, 2013.

NETO, Tibúrio. L. B. **Sedentarismo**. Rio de Janeiro: Emedix, 2015. Apresenta artigos médicos sobre diferentes doenças e tratamentos. Disponível em: http://emedix.com.br/doi/mes001_1f_sedentarismo.php. Acesso em: 29 set. 2015.

ONG BANCO DE ALIMENTOS. **Só no Brasil, 26,3 milhões de toneladas de alimentos têm o lixo como destino. Sendo a maior perda (45%) de hortifrúteis**. São Paulo: Ong Banco de Alimentos, 2015. Apresenta artigos sobre segurança alimentar e nutricional e sobre o trabalho desenvolvido pela ong. Disponível em: <http://www.bancodealimentos.org.br/conheca-banco-de-alimentos/desperdicio-de-alimentos-brasil-e-mundo/>. Acesso em: 15 ago. 2015.

SÃO PAULO. Instituto de Pesca. **A pesca em Santos/Guarujá**. Apresenta dados acerca da atividade pesqueira no Estado de São Paulo e no Brasil. Disponível em: <http://www.propesq.pesca.sp.gov.br/propesq/web/app.php/publico/23/conteudo>. Acesso em: 14 set. 2015

SILVA, José G. As lições de uma década singular. **Carta Maior**, São Paulo, 29 set. 2012. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?Editoria/Economia/Licoes-de-uma-decada-singular/7/25958>. Acesso em: 02 set. 2015.